

REPRESENTAÇÕES DE SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Marco Aurélio Godinho Rodrigues ¹

RESUMO

Este trabalho objetivou de forma geral, discutir a importância das representações de sexualidades no ambiente escolar de maneira esclarecedora e que contemple as reais curiosidades dos alunos. Conhecer as representações de sexualidades na escola não é mais uma problemática que assola esses contextos em via geral. Essa temática atualmente, se faz presente na ordem do dia dos ambientes escolares, por sua necessidade de abordagem aos alunos, e o que antes era um assunto restrito pela sua complexidade, atualmente não mais o é, por se tratar da emergência nas discussões necessárias sobre identidades, sexualidades e suas representações uma vez que passam a ser estudadas como fatores diferentes, possuindo excertos históricos de vivências individuais constituídos em meio a sociedade. Tais discussões trouxeram ao cerne das questões discutidas, uma forma interdisciplinar onde as relações sociais são vistas na vida das pessoas. As representações são entendidas como fatores de peso para classificar e também dividir as organizações na apreensão do meio social como categorias que possuem a finalidade de percepção do concreto. Elas variam de acordo com a posição ocupada pelos elementos que compõem os grupos ou as classes sociais; anseiam o todo, sendo sempre designadas pelos desejo dos grupos maiores. Assim, a escola, vista sempre como ambiente de formação moral ilibada, de valores educativos importantes no caráter dos seres humanos, passa a ter a necessidade de reconhecer a existência das sexualidades, haja vista não poder mais omitir essa transmissão de informações em seu trabalho, sendo cobrada a fazer essas abordagens aos discentes. O artigo adotou características básicas de uma pesquisa bibliográfica com recortes teóricos que fortalecem os referidos objetos estudados. Os aportes se fundamentaram em Andrade (2013), Aquino (2012), Rios (2009), Garritano (2008), Nunes (2000), Brasil (1997, 1990), Foucault (1997), Louro (2013, 1997), e outros.

Palavras-chave: Representação, Sexualidades, Escola.

INTRODUÇÃO

Quando tratarmos de questões que envolvam educação, sempre nos virá a mente em primeira instância, o ambiente escolar, abordando em sua estrutura mais específica a “escola”, que como todos nós sabemos, possui a função de ofertar aos alunos uma aprendizagem que tende ser a valorização dos conhecimentos construídos ao longo dos tempos, em conjunto com a sociedade, com o intuito principal de proporcionar a ampliação das estratégias interativas de socialização aos padrões que vem sendo posto em prática por profissionais que zelam por esse bom desenvolvimento cognitivo dos alunos.

¹ Pós-Graduando do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGLB. E-mail: marcogodinho74@gmail.com



A Escola enquanto instituição social, surge para transformar estereótipos que se configuram com o passar dos anos. No entanto, no Brasil, as escolas, em meio a tantas mudanças ocasionadas na educação nos últimos anos, se mostram com inúmeras divergências na aceitação no que tange a relação entre escola e família, a fim de modificar papéis sociais já existentes e que estão aptos a mudanças.

Os objetivos principais do trabalho foram entender as noções de “representações” e “sexualidades”; discutir a importância das representações de sexualidades no ambiente escolar de maneira esclarecedora e que contemple as reais curiosidades dos alunos; e, conhecer as representações de sexualidades na escola.

No bojo das discussões, temos as representações de sexualidades no contexto escolar como discussões importantes e necessárias, no qual para Massey (2009), a escola é vista, então, como um espaço constituído por “estórias até agora”, cujos sujeitos trazem consigo diferentes estórias de vida trazidas de outros espaços e um conjunto de crenças e definições sobre “si” e sobre “os outros”, que procuram se consolidar, mas que, pela diversidade de expressões existentes neste espaço, sempre estão fadadas ao fracasso e a transformação.

REPRESENTAÇÃO E SEXUALIDADES

Tratar questões de ficção é extremamente complexa principalmente em um contexto literário que é bem específico. Percebemos ainda que são questões que buscam uma abordagem bem mais claras e objetivas, como as de representações de sexualidade que vem sendo enfatizadas no desenvolvimento das pessoas, visto que um dos aspectos que sofrem influências relacionadas a este assunto é o ambiente escolar, palco de sua inserção cultural.

Para Pereira (2018, p. 128), “a temática da sexualidade possui caráter central em algumas narrativas, sinalizando seus diversos modos de expressão como um exercício que remete tanto à apropriação de si e do próprio corpo quanto à relação travada com um outro”.

Antes de tudo, convém ressaltar um ponto extremamente fundamental na relação abordada nesse estudo que são “as representações” e suas práticas e para tanto, essa relação aparecem em construção resultando determinadas motivações e necessidades sociais. Tais noções são muito uteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os sistemas que dão suporte, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes (BARROS, 2004).



As representações são noções que podem ainda ser apropriadas ou impregnadas de uma direção socialmente motivada, situação que remete a outro conceito fundamental para a História Cultural, que é o de “ideologia”. Isso, de fato, é produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e de comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens nos seus inter-relacionamentos sociais e políticos (BARROS, 2004).

As representações – acrescenta Chartier – inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17). E de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.

A representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Daí, as lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem (BOURDIEU, 2007).

Um primeiro grande passo, surgiu das várias noções que figuravam, como inicialmente pode-se citar o conceito de representação que possibilita articular, de acordo com Durkheim e Mauss em seu contexto sociológico, onde as representações coletivas e as formas de exibição da identidade social ou os signos do poder (o que Pascal chama de *montre* – “mostra”); seguidas das categorias de práticas e conceito de apropriação (CHARTIER, 2011).

Chartier frisa ainda que as primeiras categorias lógicas foram categorias sociais: as primeiras classes de coisas foram classes de homens em que essas coisas foram integradas (DURKHEIM E MAUSS, 1969). O que leva seguidamente a considerar estas representações sejam elas de sexualidade ou não, como matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – “mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos” (MAUSS, 1969).

No meio dessas discussões sobre representações de sexualidades, entendemos que devem ser sempre discutidas e aprofundadas, levando em consideração que se trata de uma abordagem primordial principalmente dentro das escolas atualmente e em todos os níveis trabalhados, pois em se tratando de sexualidades, entende-se ser um dispositivo que relaciona-se a todas as relações, assim como também o contexto escolar.

De acordo com Foucault (2005^a, p. 100), “a sexualidade é um dispositivo histórico e contingente que reúne práticas sociais em torno do corpo, seus usos e prazeres”. Nesse sentido, dispositivo é um conjunto de estratégias de poder e saber que se ligam a determinados discursos, para que exerçam efeitos de efeitos e verdades. A indefinição do sexo e/ou da orientação sexual

de um sujeito parece ser objeto de muita curiosidade em nossa sociedade regida por um pensamento binário que opera no sentido de dizer se um sujeito é homem ou mulher, se é hetero ou homossexual. Ainda pertence ao campo do impensável, especialmente em contextos escolares (e disciplinares), a possibilidade de um sujeito ser homem e mulher, homo e hetero, e não se deixar fixar em uma identidade única e estável.

Bourdieu (2002) pontua diferença no exercício da sexualidade relativa à diferença entre os gêneros: enquanto as mulheres são socialmente orientadas a vive-la como experiência íntima e marcada pela afetividade, os homens são direcionados a uma compartimentalização da mesma, tida como ato físico e agressivo. Essa distinção é refletida nas ações dos sujeitos, na medida em que a penetração e o gozo são centrais para o masculino, e já o feminino se reveste de uma gama de atividades, como falar, acariciar, tocar, que se presta mais a uma experiência do outro e não necessariamente inclui a penetração.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforçados controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1984).

A sexualidade pode ser pensada também a partir da articulação entre o nível mais amplo, societário, e a trajetória individual e biográfica dos indivíduos. Partimos do pressuposto de que a sexualidade é objeto de um processo de aprendizagem e este, por sua vez, é pautado tanto pelas concepções de gênero como pelo sexo anatômico do indivíduo. Assim, as pessoas vão sentir atração ou interesse por outras a partir de determinados parâmetros, como, por exemplo, a altura dos homens e mulheres. Michel Bozon (1995), em seu artigo sobre a composição de casais, ressalta que geralmente, quando se pensa em um par, o homem deve ser mais alto que a mulher. Por que é esteticamente inadequado que uma mulher seja mais alta que o homem? Essa formulação expressa uma relação hierárquica de gênero, revelando uma representação de gênero baseado na dominação masculina.

A ESCOLA E AS REPRESENTAÇÕES DE SEXUALIDADES

Sabemos que a escola é a instituição que oferece ensino para os alunos, objetivando a formação e o pleno desenvolvimento dos indivíduos nos mais variados pontos como o cultural, social e cognitivo. Assim, estudar as sexualidades nos traz aspectos inclusivos, onde possuem identidades diferentes, expressando suas individualidades, onde nos dias atuais, muitos pais não

se envolvem nas questões de sexualidades de seus filhos, deixando-os a mercê de sua sorte, o que agrava ainda mais a problemática de conscientização dessas crianças e jovens no que condiz a existência de múltiplas formas de ser-no-mundo. Nesse contexto, os alunos em grande parte, ficam sem saber sanar suas dúvidas acerca do assunto, o que causa conflitos graves e não esperados por não possuírem informações do assunto, o que resulta ainda mais no crescimento de suas dúvidas. É nesse ambiente escolar que as crianças e jovens passam a maior parte de seu tempo tentando uma socialização e interação com os outros e assim vai aflorando e aguçando a sua sexualidade no qual os hormônios corporais começam a se desenvolver.

Para Figueiró (1999, pp. 3-4), a Educação Sexual formal como sendo a que “[...] diz respeito a todo ensino, intencional, planejado sobre a sexualidade, feita na escola, ou na igreja, no posto de saúde, ou até mesmo em casa, [...]”. Onde existem a formal e informal e que sabemos que ambas são extremamente importantes, porém tem-se que a informal já existe a muitos anos.

Na escola é fundamental a melhor compreensão acerca da inserção e até que ponto acontece essa retirada da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, fazendo-se necessário observar o que diz alguns documentos importantes como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) – LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, Plano Nacional de Educação - PNE e a BNCC.

A escola é um lugar onde as diferenças convivem e interagem entre si, é esperado então, que apresente uma forma de agir no sentido de compreender a diversidade de pensamentos, crenças, etnias, religiões, sexualidades. Porém, mesmo em um espaço voltado para essa diversidade, encontramos na escola a manutenção de preconceitos e a formação de indivíduos/alunos(as) preconceituosos(as) (BAIBICH, 2002).

O fato do governo intensionar um debate sobre a sexualidade pode ser considerado como algo positivo, visto que em algumas décadas atrás, esse assunto não era nem permitido, quanto mais estimulado. Porém, é importante refletir sobre a maneira como a sexualidade está sendo abordada, senão podemos recair no histórico de tratarmos a sexualidade simplesmente associada à promoção da saúde sexual e à prevenção de gravidez e outras doenças sexualmente transmissíveis (MEYER, KLEIN, & ANDRADE, 2007).

É importante lembrarmos uma vez mais que qualquer decisão teórica e epistemológica é também política. Em se tratando da sexualidade, é também importante que se faça presente uma reflexão sobre as implicações das políticas de sexualidade. Lembremos que foi o dispositivo da sexualidade que instaurou o regime da heterossexualidade compulsória em todos os âmbitos da nossa vida. A heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade é o



conceito a partir do qual Judith Butler (1999) analisou as relações de poder entre homens e mulheres e entre homossexualidade e heterossexualidade, demonstrando a construção do dispositivo da sexualidade como marcado pela norma heterossexual.

O debate nas escolas se tornam necessários por que é fundamental realizar um trabalho de informação e conscientização do assunto aos alunos que em muitos casos desconhecem o real sentido das abordagens. A escola, necessariamente precisa rever seus currículos e de acordo com documentos curriculares como PCN, BNCC, LDB, algumas resoluções e leis que tratam sobre o tema, reformular tais concepções e formas de abordagens em sala de aula aos alunos.

As políticas de representação contidas nos PCN instituem um regime de verdade que celebra o que Michael Warner (*apud* Britzman, 1996 p. 79) chama de heteronormatividade: “a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”. Esse caráter heteronormativo e higienizador constrói nos estudantes uma identidade “limpa”, “normal”, não desviante do que é moral e socialmente aceito, em que sexualidade e gênero se (con)fundem. Nesta direção, o tema corpo/organismo é abordado geralmente ligado ao seu aspecto biológico e as diferenças sexuais são evocadas em função do aspecto material dos corpos, ou seja, a criança é levada a se descobrir menino ou menina através desse paradigma. Fora da escola, a família também é o lugar em que os aparatos de disciplinamento dos corpos intensificam-se para legitimar a higienização da sexualidade.

Analisar as relações de sexualidades na escola é salutar visto que articula polos de antíteses. A escola tem se mostrado persistentemente refratária ao impacto a que foi chamado por Reich de “revolução sexual”. Os alunos sabem das proibições na escola, e as propostas de educação sexual parecem patinar, não conseguindo se impor. Talvez isso reflita o antagonismo essencial entre sexualidade cultura postulada por Freud, ou a incapacidade de modernização da instituição educativa. Quando, entretanto, a sexualidade é vista apenas como uma das dimensões da pessoa e o desenvolvimento como algo destinado a levar à sua expansão e diferenciação máximas, a resposta não é tão clara. Diante disso, examina-se o lugar da sexualidade dentro de uma perspectiva psicogenética deste tipo: a questão passa a se referir às relações entre escola e individualidade em formação (PINTO, 1997).

Segundo Deborah Britzman (1999), para entrar na lógica necessitam-se produzir a capacidade de desestabilizar o conhecimento em nome da liberdade. Nesta perspectiva, representações da sexualidade, educação sexual e diversidade sexual se referem a práticas de liberdade, na medida em que os limites de nosso pensamento deverão ser transcendidos em nome de outras possibilidades tanto de conhecer como de amar.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na escrita do referido trabalho trataram-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e método de abordagem qualitativa.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto (KOCHE, 1997).

Já a pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlacionam aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Os fenômenos humanos ou naturais são investigados sem a interferência do pesquisador que apenas “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características” (CERVO E BERVIAN, 2002).

“A pesquisa qualitativa depende de dedução, conclusões, raciocínio ou inferências de princípios gerais para particulares” (MAUCH e BIRCH, 1998, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos vimos que a temática aqui abordada não era colocada em evidência no âmbito social, principalmente na escola, onde tínhamos currículos que enfatizavam apenas marcos de uma educação tradicional e as questões de representação de sexualidades na escola era terminantemente excluídos, não sendo permitidos a configuração pertinentes à formação da identidade dos alunos no meio escolar e social, assim como questões raciais também não poderiam ser representadas. O currículo da escola tornou-se um importante campo disseminador da formação cultural, que nada mais é do que uma representação para que conseguíssemos buscar a legitimação dos padrões da sexualidade dos alunos.

A temática Representação de sexualidades no âmbito escolar: uma discussão necessária surgiu para celebrar as inúmeras perspectivas que discutem a importância de se enfatizar na escola noções que possam despertar curiosidades e sanar dúvidas que os alunos possuem sobre sexualidade, mudanças no corpo, mente, dentre outros, haja vista que esses assuntos não são conversados com seus pais e que precisam ser informados como pontos primordiais, contando também com informações sobre orientação sexual a fim de produzirem identidades frágeis e que se não conversadas, podem resultar em problemas de origem psicológicos.



É decisivo contemplar que perspectivas de sexualidades nos quais tem surgido durante os últimos anos, como a teorização Queer que vem representando um grande acervo de perguntas-respostas acerca do discurso do sexo e sexualidades, marcadas em contextos a-históricos.

Conclui-se então, que existem inúmeras preocupações em relação ao assunto discutido principalmente pelos alunos das escolas públicas e privadas do país, haja vista que essas dúvidas podem os levar a insatisfação principalmente nas relações familiares gerando repercussões na vitais para os adolescentes, fator preocupante e que deve ser trabalhados e transmitidos nas escolas, levando em consideração o consentimento de suas famílias, pois os trabalhos dos professores tendem a esclarecer dúvidas com autonomia, compromisso social e criticidade no contexto dessas crianças e adolescentes na escola.

REFERÊNCIAS

- BAIBICH, T. M. (2002). **Os Flintstones e o preconceito na escola**. Educar (Curitiba), 19, 111-129.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História – especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOZON, Michel. “Observer l’inobservable: la description et l’analyse de l’activité sexuelle”. In: BAJOS, Nathalie; BOZON, Michel ; GIAMI, Alain; DORÉ, Véronique; SOUTEYRAND, Yves (dirs.). **Sexualité et sida. Recherches en sciences sociales**. Paris: ANRS, 1995. p. 39-56
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BRITZMAN, Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BRITZMAN, D. P. (1996): “O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo”, in **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 21(1), pp. 71-96, jan/jun.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011.



CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives, *Année sociologique*, 6 (1903), texto retomado em Marcel Mauss, **Oeuvres II, Représentations collectives et diversité des civilisations**, Paris, Minuit, 1969.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia: 1ª coletânea**. Londrina: 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade do saber**. V. 1, 16 ed. Rio de Janeiro. Graal, 2005a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MAUCH, J. E.; BIRCH, J. W. **Guide to the successful thesis and dissertation: a handbook for students and faculty**. 4. ed. New York: Marcel Dekker, 1998.

MAUSS, Marcel. Divisions et proportions de la sociologie, *Année sociologique*, nova série, 2 (1927). In: **Oeuvres, III, Cohesion sociale et divisions de la sociologie**, Paris, Minuit, 1969.

MEYER, D. E. E., KLEIN, C., & ANDRADE, S. S. (2007). Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: Implicações educativas. **Educação em Revista** (Belo Horizonte), 46, 219-239.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. **A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar**. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.